

ÉTICA E DESENVOLVIMENTO

Olinto A. Pegoraro
Departamento de Filosofia da UFRJ

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está fazendo, neste fim de século, a experiência concreta do perigo de colapso do sistema mundial e da finitude dos bens materiais disponíveis. Nosso objetivo aqui é debater esta dupla constatação tentando inseri-la no plano mais vasto da ética e da política. Neste horizonte, a situação parecerá menos catastrófica desde que a sociedade se disponha a uma transformação profunda das estruturas do sistema mundial. Trata-se de fazer um salto social qualitativo em escala mundial. Salto qualitativo que se enuncia em termos bem simples: passar das estruturas de opressão política e econômica para estrutura de libertação nas quais o homem seja **de jure et de facto** o centro do sistema mundial. Este salto qualitativo não será apenas um trabalho de cúpulas políticas ou de conferências de organizações mundiais. Ele já está em ação no seio das novas classes emergentes especialmente no terceiro mundo.

Portanto, se por um lado constata-se a rápida decadência do sistema atual, por outro lado vemos emergir lentamente uma nova articulação da existência social em bases justas, democráticas e a serviço de todos os homens. Trata-se de um processo de libertação sócio-político econômico e cultural.

1 – CRISE DO SISTEMA ECONÔMICO

Como dissemos, a humanidade faz a experiência do desmoronamento da ordem atual e da finitude dos bens de consumo. Os filósofos e teólogos sempre trataram da finitude sem causar grande impacto porque parecia que o tema se referia a algo distante no tempo, situado no fim de um longo processo. Mas sociólogos, políticos, religiosos, e sobretudo camadas populares sentem que estamos chegando ao fim de mais um ciclo histórico que faz estremecer pelas bases as estruturas do mundo atual. Por exemplo, na década de 70, a simples constatação (teoricamente óbvia) de que os poços de petróleo estavam secando desencadeou uma crise mundial de insegurança. O sistema sentiu-se mortalmente ameaçado. Ademais, a questão demográfica conjugada com a produção industrial e agrícola levanta problemas que parece de impossível solução no seio do sistema mundial atual.

Ainda mais grave é a constatação de que o sistema, além de provocar uma depredação da natureza sem precedentes, decreta, por suas próprias premissas, a perda da qualidade de vida humana. O sistema conspi-

ra contra a vida de dois terços das criaturas humanas hoje existentes na face da terra. As multidões são marginalizadas socialmente, politicamente e economicamente por este tipo de progresso. A prova é tristemente evidente nas grandes cidades industriais do mundo no seio das quais crescem as monstruosas subcidades dos marginalizados dos direitos e dos resultados do crescimento econômico.

Tudo isto nos leva a uma conclusão fundamental: o sistema atual, conspirando contra a vida humana, é carente de densidade ética. A desenfreada concentração de capitais e dos meios de produção, o voraz e insaciável espírito consumista, o egoísmo cego de grupos, nações e empresas são indicadores mais que suficientes da desvalorização ética do atual sistema que tem como conseqüência o maior escândalo ético da História: a marginalização e escravização da maior parte da humanidade.

A respeito deste escândalo, os Bispos da América Latina se exprimem assim: "Consideramos como o mais devastador flagelo a situação de desumana pobreza em que vivem milhões de latino-americanos, vítimas de salários de fome, do desemprego e subemprego, da desnutrição, da mortalidade infantil, da falta de moradia adequada, dos problemas de saúde e de instabilidade no trabalho" (**Puebla** nº 18). O quadro se torna mais escandaloso quando os mesmos bispos constatarem que "essa pobreza não é uma etapa transitória, e sim produto de situações e estruturas econômicas, sociais e políticas" (**Puebla**, 19).

Segundo a mesma autoridade religiosa, a estes resultados chegam "os sistemas econômicos que não consideram o homem como centro da sociedade e não realizam as profundas e necessárias mudanças para a construção de uma sociedade justa" (**Puebla**, 35). Além de não colocar a sociedade humana como primeira beneficiária do progresso, o sistema econômico atual, através de "uma fria tecnocracia aplica modelos de desenvolvimento que exigem dos setores mais pobres um custo social realmente desumano" (**Puebla**, 27).

Tudo isto leva o povo, universitários e religiosos a rejeitar a tese do crescimento ilimitado da produção e dos instrumentos de produção como meio para o desenvolvimento de todos os povos. Questiona-se também o conceito de racionalidade imposto a todos os setores da produção como garantia de continuidade ordenada e eficiente do processo, e garantia de bem-estar para todos os homens. A aplicação da racionalidade científica ao campo industrial será suficiente para garantir um progresso sem limites? Consistirá o desenvolvimento na contínua multiplicação de bens de consumo? Será a técnica capaz de equacionar os novos problemas sócio-econômicos e políticos do homem? Enfim, o desenvolvimento do homem e da história não deverá ser posto em novas bases?

2 – TENTATIVAS DE SOLUÇÃO

Que fazer diante deste quadro crítico ? Sobre ele debruçam-se estudiosos, organismos internacionais, universidades e igrejas. Já foram elaboradas algumas propostas. Citaremos aqui as três hipóteses mais discutidas.

1 – Crescimento zero

Um considerável número de estudiosos sugere o crescimento zero para que o sistema mundial atual não entre em colapso.

Esta proposta, em primeiro lugar, mantém o **statu quo**. As idéias e premissas centrais do sistema permanecem. Apenas propõe uma redução da marcha predatória da energia retardando seu esgotamento. Da organização da vida humana não se preocupa. Apenas sugere moderação aos consumidores. Mas os povos habituados ao consumo aceitariam esta tese sem reações ? Os bens de consumo sem limite é tudo o que o sistema lhes oferece em troca da submissão acrítica e apoio sem contestação. Por outro lado, como se equacionaria a situação miserável das multidões subdesenvolvidas com renda anual de nem bem 500 dólares ? Aceitariam continuar nesta situação e até piorá-la para favorecer os países desenvolvidos que optaram pelo crescimento zero ? Face a estas perguntas e aos rumos incertos que o crescimento zero poderia tomar no plano social, pouco a tese vai sendo abandonada.

2 – Crescimento orgânico

Outra proposta, desenvolvida especialmente no âmbito do Clube de Roma, sugere um modelo mundial que promova um crescimento moderado, orgânico e diferenciado. (Clube de Roma, Reunião de Berlim – 1974). Os autores da proposta consideram a sociedade um grande sistema articulado em vários subsistemas, todos mutuamente influenciáveis. Advertem que não será suficiente a racionalidade interna do sistema para garantir o crescimento orgânico e diferenciado. Será indispensável que intervenham elementos da ordem ética como o espírito de solidariedade sócio-política, de justiça e de despreendimento individual, grupal e social. Insistem nas limitações da sociedade baseada no consumo e chamam a atenção sobre o equívoco de confiar à tecnocracia a solução de graves problemas humanos como a expansão demográfica.

Sem dúvida esta proposta tem o merecimento de penetrar mais a fundo na crise do sistema. Reconhece que é necessário apelar para dimensões extraeconômicas e tecnocratas. Todavia o Clube de Roma não questiona o ponto de partida que é a idéia do desenvolvimento a partir do crescimento econômico. Pelo menos até agora, não há uma proposta de

uma nova ordem mundial baseada em novas premissas sobre as quais se deveria iniciar um processo de construção de uma sociedade justa, participante com a realização das exigências humanas básicas universalmente satisfeitas.

3 — Nova ordem social

As duas propostas anteriores se limitam a introduzir correções e reformas mais ou menos importantes no sistema mundial atual. Entretanto, objeções sempre mais crescentes mostram que é preciso avançar em direção de uma crítica mais profunda. Que é progresso? Consistirá na contínua produção de bens? Mais mercadorias, mais emprego, mais anos de vida, mais...mais de tudo. Para que e para quem este "mais"? A quem realmente beneficia? Então por que quanto maior a quantidade de bens produzidos menor se torna o número de beneficiários? O que é que deve ser desenvolvido e a partir de quê? Qual é a finalidade da existência humana? Qual o objetivo central do processo histórico? Será possível exprimi-lo na idéia de crescimento ilimitado das forças de produção e de bens de consumo? Não é chegada a hora de repensar radicalmente os modelos que articulam nossa existência pessoal e social sem nossa participação?

A partir destas perguntas pode-se pensar numa nova ordem na qual se coloque **de jure et de facto** a existência humana no centro do processo histórico. O processo abrange o homem, a natureza com todas as suas riquezas e os recursos científicos e tecnológicos dispensáveis. Todos estes elementos deverão ser articulados a partir de opções que coloquem a vida humana e a existência sócio-cultural e política como o objetivo central do processo mundial.¹

Neste quadro de idéias, a ordem econômica e técnico-científica articula-se no espaço mais amplo da ética e da política. Supera-se assim o perigo do imperialismo unilateral de qualquer dos elementos em jogo.

a) A ordem econômica

A partir da tese enunciada é possível compreender por que o sistema econômico submeteu a seu controle ilegítimo quase todas as expressões da vida social.

A ordem econômica é constituída por um sistema dinâmico que gera suas próprias regras e condições de transformação, gozando de certa e legítima auto-suficiência. Se for abandonado a seu impulso, tenderá a construir um tipo de sociedade universal fundada nas regras do consumo. É o que acontece com o sistema mundial vigente.

É evidente que a ordem econômica, permanecendo entregue à sua lógica interna, acabará absorvendo o próprio agente econômico tornan-

do-o mero executivo de suas determinações. O homem acaba subordinando-se ao mecanismo que criou. Trabalhará por trabalhar sem direito a parar; produzirá por produzir sem controlar o produto de seu trabalho.

Nesta situação, a ordem econômica torna-se fim a si própria escravizando a seus esquemas de produção as pessoas, as nações e os Continentes.

Por razões ideológicas, por interesses econômicos de pequenos grupos instaura-se uma escravidão universal em nome do desenvolvimento, progresso e crescimento dos povos.

O equívoco está na autonomia absoluta da ordem econômica pretendendo abranger todo o horizonte do crescimento e desenvolvimento humano e dirigi-lo.

b) A ordem ética

Na perspectiva da tese proposta, a ordem ética não é constituída por princípios abstratos, puros e absolutamente autônomos. Pelo contrário, ela está sempre encarnada na atividade e na conduta humana, sempre relacionada a situações concretas. A ordem ética estende-se a toda a gama de atividades humanas, não para julgá-las mas situá-las num contexto de sentido pessoal e social aberto a um horizonte de realização histórica. Esta realização, através da ordem ética, diz respeito não só ao homem, mas a tudo o que integra seu caminhar. A ordem ética é, portanto, um horizonte universal que ilumina a atividade humana em suas situações particulares da cotidianidade de toda ordem.²

Ora, no contexto humano e social da modernidade, a atividade econômica é uma das mais importantes e significativas. Sem a ordem econômica não teria sido possível o atual nível de progresso. Mas é fundamental que a ordem econômica, que atua numa esfera particular, reconheça a universalidade da ordem ética, que tem a função de indicar a direção-geral da aventura humana na história. Uma ordem é relativa a outra sem subordinações indevidas. Entre ambas há uma relação de complementariedade. Sem a ordem ética, a ordem econômica tende a instaurar um domínio particular absoluto, como vimos. Por sua vez, a ordem ética isolada das situações particulares, perde-se num universalismo irreal e sem significado histórico. A complementariedade das ordens garante a autonomia de cada uma e a convergência nas metas básicas de convivência humana.

c) A ordem política

O lugar concreto da convergência da ordem econômica e ética é a ordem política entendida como convivência comunitária em todas as

dimensões. A economia e a ética exercem-se na comunidade e segundo suas situações, avanços e recuos. Neste processo não pode haver uma ordem econômica e ética definitivas. Ambas são desafiadas a reinventar-se sempre conforme o movimento da vida social. A este propósito Jean Ladrière escreve: “A finalização das atividades econômicas opera-se por intermédio da comunidade; é através dela, que estas atividades definitivamente servem a vocação própria das pessoas; e é assim que elas se inscrevem na ordem política que informa esta comunidade. Seja qual for a situação considerada, é finalmente a nós e a cada um dos outros que visamos como pessoas (e não mais como agentes econômicos), a partir do momento em que aprendemos consciente e deliberadamente o vínculo que une a situação particular ao todo da comunidade. Cada um trabalha para todos e se beneficia do trabalho de todos; assim cada um se reúne ao outro, mas através de todos, pela mediação da comunidade. A intercomunicação das pessoas, em que culmina a aparição da ordem ética, prepara-se nas solidariedades, que estabelecem suas atividades no domínio econômico e realiza-se por intermédio da integração das perspectivas particulares dos agentes singulares no todo vivo da comunidade.”³

3 – O SUJEITO DO DESENVOLVIMENTO

1 – O homem como sujeito

A integração das ordens econômica, ética e política exige que se coloque em evidência, sem nenhum equívoco, o sujeito do progresso, do desenvolvimento e crescimento. Teoricamente muitos estudiosos admitem, sem objeção, que o homem é o centro da História. Todos os sistemas sócio-econômicos e políticos declaram-se a serviço do homem. Entretanto as teorias não bastam. Muito menos as declarações humanistas. A constatação cotidiana nos coloca diante da cruel realidade da exploração, marginalização e escravização da maioria dos homens. E, pior ainda, trata-se da marginalização institucionalizada.

A nova ordem social começará quando, de fato, nas práticas cotidianas da vida sócio-econômica e política “o homem puder realizar-se sendo sua dignidade respeitada, suas aspirações satisfeitas, sua liberdade pessoal garantida” (**Medellin**, 60). É fundamental que, na ordem social, “Os homens não sejam objetos mas agentes de sua própria História” (**Medellin**, 60).

À luz deste postulado radical esclarece-se também a ambigüidade dos conceitos de progresso, crescimento e desenvolvimento. Esses termos adotados pela ordem econômica absolutizada significam aumento dos meios de produção, aumento de objetos de consumo, aumento de empregos, aumento de salários. É um progresso e crescimento quantitativo

para benefício de poucos, causando a deteriorização da qualidade de vida da maior parte dos homens e a destruição da natureza. Este resultado está implícito nas premissas do sistema mundial atual que, de fato, não considera o homem como sujeito do processo, mas sim a produção para o consumo.

Numa ordem social, na qual o homem de fato é o centro, os termos progresso, crescimento e desenvolvimento significam, antes de tudo, crescimento humano em todos os níveis.

2 — Os agentes do desenvolvimento

Os agentes da transformação da ordem social nem sempre se encontram nas universidades, na liderança de partidos, nos postos de governo, na direção de empresas. Nestas áreas é mais fácil encontrar a tendência ao status e, uma resistência às transformações profundas. É auspicioso constatar o surgimento de excelentes lideranças do seio das camadas populares. O movimento das comunidades de base, as associações de bairro, as associações de favelados, sindicatos solidários passam a influir nos centros de decisão nacional e internacional. Estes mesmos movimentos já se articulam em partidos políticos, muito influentes. Portanto, os principais agentes capazes de transformação social estão se revelando no seio das classes populares emergentes⁴.

Sem dúvida, estas classes representam hoje uma nova esperança social. A pastoral da Igreja lhes dedica especial atenção. Os bispos da América Latina compreenderam este fenômeno e procuram auxiliá-lo pastoralmente. “Acompanhar a alfabetização dos grupos marginalizados, com atividades educativas que os ajudem a comunicar-se eficazmente, a tomarem consciência que vivem e discernir suas causas; a se capacitarem para organizar-se no campo civil, trabalhista e político, e poderem assim participar plenamente dos processos decisórios que lhes digam respeito” (Puebla 849).

3 — Transformação das estruturas

Estes agentes sofreram muito tempo a injustiça das estruturas. Fizeram a experiência brutal do que significa “injustiça institucionalizada” (Puebla, 25) e “violência institucionalizada” (Medellín, 61). Por isso, entendem que é chegada a hora de passar das estruturas de opressão para estruturas de libertação.

As estruturas sócio-econômicas e políticas deverão assumir nova forma. Na atual configuração enquadram-se na filosofia global do sistema a serviço de multiplicação de bens de consumo e da massificação das pessoas. É este enfoque que deve ser transformado. Não bastam reformas e melhorias acidentais. Os agentes das classes populares estão cada vez mais

conscientes disto. Eles procuram novas formas de estruturas visando, em primeiro lugar, à participação da comunidade de trabalho em todos os níveis, inclusive no que se refere às decisões. Numa palavra, as novas formas de estruturas deverão obedecer aos critérios de ampla socialização em todos os setores.

A transformação das estruturas deverão promover a condição humana no mais alto nível. Os povos marginalizados pelo progressismo e desenvolvimentismo deverão poder realmente crescer em qualidade de vida passando de condições sub-humanas a condições mais humanas.⁵ O verdadeiro progresso e desenvolvimento é o da vida humana. O homem deve elevar-se das condições sub-humanas de habitação, alimentação e higiene à uma situação vital digna. Isto ainda não é suficiente. É preciso que todos tenham acesso à cultura, à formação social e à participação política. Nisto consiste o verdadeiro progresso humano ao serviço do qual deve estar o desenvolvimento econômico e tecnológico.

4 — O trabalho transformador e libertador

A ação transformadora das classes populares emergentes exerce-se especialmente pelo trabalho.

Por trabalho entende-se toda a ação humana a serviço de um novo processo histórico. A ação sindical, a ação política, a ação manual de toda ordem, as atividades culturais em grupos, as atividades de favela e de bairro são todas manifestações de trabalho. É trabalhando que se transforma o mundo natural e cultural. O trabalho gera a coesão de forças em torno das grandes metas da comunidade. É esta coesão que enfrenta as estruturas injustas e procura lançar bases de uma organização social digna do homem. Numa palavra o trabalho faz, constrói a história. Cria as novas relações econômicas, sociais nas empresas, nos grupos sociais, nos sindicatos e na vida político-partidária.

O trabalho assim, entendido, é o principal elemento da libertação do homem e da sociedade.

Portanto, o trabalho não só manifesta a estrutura radical do homem como ser social, mas é também fundamento da coesão e solidariedade sociais especialmente entre as classes populares emergentes. Além disto, é evidente que o trabalho se constitui em fundamento da ética social e critério básico para a posse de produção.⁶

4 — PROCESSO DE LIBERTAÇÃO

Tudo isto constitui um imenso processo de libertação já atuando em todos os níveis da realidade social.⁷ A transformação das estruturas pelas novas classes emergentes, a colocação do homem como centro e fim de todo o sistema sócio-econômico e político, são passos muito importan-

tes no caminho da libertação social, como processo de construção de uma nova História. A mola mestra do processo, como vimos, é o trabalho tomado no sentido geral da ação humana transformadora.

Este é um movimento de libertação da vida humana pessoal e social. Trata-se de expandir a vida humana em plenitude. Esta plenitude abrange as dimensões biológica e cultural. Na dimensão biológica o homem e a sociedade realizam os direitos mínimos e fundamentais como alimentar-se, vestir-se e habitar. No sistema mundial atual, dois terços da humanidade vivem numa batalha quase desesperada para garantir apenas o valor biológico da existência humana. Numa nova ordem social na qual as ordens econômicas e ética se integram, tudo deve promover a vida como postulado mínimo e elementar. Mais ainda, deve expandir-se a vida cultural que abrange a educação, a participação sócio-política e a comunhão em todas as conquistas do homem.

Este processo libertador da vida não é retilíneo. Terá sempre pela frente o obstáculo das forças negativas que se articulam em esquemas de dominação ideológica e econômica em escala mundial. É por isso que a libertação é um processo dialético implicando o choque de tendências antagônicas.

Este conflito torna-se agudo em nossa época em que as classes populares emergentes, protagonistas de uma vida social justa, fraterna e participada em todos os níveis, se confrontam com um gigantesco sistema contraditório e envelhecido. Este confronto aparece com toda nitidez no terceiro mundo que já se sente suficientemente maduro para resistir à marginalização.

Neste movimento libertador a partir da periferia do mundo comprometem-se também as Igrejas. Muito expressivas são as declarações dos Bispos da América Latina: "Comprometidos com os pobres, condenamos como antievangélica a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores em nosso Continente.

Envidamos esforços para conhecer e denunciar os mecanismos geradores dessa pobreza.

Apoiamos as aspirações dos operários e camponeses que querem ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e futuro e animamos a todos em sua própria superação.

Defendemos o seu direito fundamental de "criar livremente organizações de defesa e promoção dos seus interesses e para contribuir responsabilmente para o bem comum". (**Puebla**, 1159-1163)

Os participantes deste movimento da História estão conscientes de que a caminhada é longa. Nem imaginam que se possa, de um dia

para outro, transformar o estado atual do sistema mundial em novo paraíso. Não. Sabemos que a História será sempre o lugar do conflito mas também o lugar da construção da liberdade e da dignidade da vida humana. Este processo se estende até onde se possa, em parte, vislumbrar o reino dos fins realizados, no misterioso limiar da História.

NOTAS

(1) Para fundamentar filosoficamente esta tese, leia-se o excelente livro de Jean Ladrière, **Vida Social e Destinação** (São Paulo, Convívio, 1979), especialmente o capítulo 5.

(2) A esse respeito, veja-se o livro de Jean Ladrière, **Os Desafios da Racionalidade** (Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1979), especialmente o capítulo 6.

(3) Jean Ladrière, **Vida Social e Destinação**, pág. 133.

(4) Leia-se, a este respeito, o livro de Luiz A. Gomes de Souza: **Classes populares e Igreja nos caminhos da História** (Vozes, Rio, 1982), especialmente as conclusões provisórias do livro.

(5) **Documentos de Medellin**, pág. 60.

(6) Leia-se, a este respeito, a encíclica de João Paulo II, **LABOREM EXERCENS**.

(7) Leia-se, a este respeito, o livro de Leonardo e Clodovis Boff, **Da Libertação**, Ed. Vozes, Rio, 1979.